

O que estas pesquisas poderiam ensinar a Sarney

Sexta-feira passada o presidente José Sarney divulgou, com grande estardalhaço, uma pesquisa do Instituto Gallup que afirmava que o seu índice de popularidade aumentou 37 pontos percentuais na cidade de São Paulo desde a implantação do Plano Bresser, em 12 de junho passado, saindo da "lona" em que estava para auspiciosos 48% de aprovação.

A informação deixa-nos entre esperançosos e apreensivos. Alimentando o nosso incorrigível pendor pelo otimismo, agarramo-nos à esperança de que sua excelência se dê conta, finalmente, da nítida relação de causa e efeito existente entre os raríssimos momentos em que os fatos o empurram a abandonar a costumeira atitude de tímido postulante ao cargo para adotar a atitude bem mais apropriada de presidente da República em exercício, afirmando políticas e apontando diretrizes à Nação, e as fulminantes subidas nos seus índices de popularidade. Mas, por outro lado, tendo ainda fresca na memória a amarga experiência do Plano Cruzado, não podemos deixar de encarar com redobrada apreensão a notícia do crescimento da popularidade presidencial, se é que é isto mesmo que reflete a pesquisa do Gallup (a "popularidade" talvez seja do Plano Bresser e não propriamente daquele a quem os fatos obrigaram a endossá-lo). Sabemos que é aí que mora o perigo, e explicamo-nos: parece que nada estimula mais o nosso presidente a agir do que as vaias e as pedradas, prelúdio seguro de um encurtamento de mandato, assim como parece que nada estimula mais o nosso presidente a sentir-se desobrigado de continuar agindo do que os aplausos...

Triste dilema! E dilema que se confirma ainda presente na mente presidencial por várias das suas atitudes mais recentes. Embora a nítida relação de causa e efeito entre as suas raras atitudes de independência e afirmação e as curvas ascendentes nos gráficos que medem a sua popularidade indique claramente que sua excelência tem desperdiçado enorme tempo tentando obter bênçãos do demônio ou, em outras palavras, tentando obter legitimidade e "apoio" de quem não dispõe dela e de quem não quer "apoiar" nada senão os seus próprios interesses pessoais, e indique mais claramente ainda qual é a única fonte verdadeira de legitimidade de quem um governante pode dispor — aquela que emana dos governados e cujo fluxo é regulado pelos resultados obtidos das políticas implementadas —, a sensibilidade presidencial parece ainda não estar inteiramente convencida dela. E isso porque a sensibilidade do presidente não é mais a sensibilidade comum dos mortais: é a sensibilidade do homem no poder.

Assim, o presidente continua hesitando entre abraçar definitivamente o que esta pesquisa lhe confirma como certo e abandonar definitivamente o que os números anteriores a esta pesquisa lhe confirmavam como errado. Sabe por intuição e por experiência que sua popularidade, o seu mandato e o seu futuro político dependem exclusivamente do sucesso do Plano Bresser. Chega até a admiti-lo. Sabe também que o sucesso do Plano Bresser depende exclusivamente da capacidade que ele, como autoridade máxima do governo, tiver de impor esta autoridade aos seus comandados, extraindo deles uma substancial redução dos gastos públicos cujo descontrole é a única causa da nossa inflação e da desorganização crônica da nossa economia. Mas, como ainda não se decidiu a abandonar completamente as suas orações ao demônio, esforça-se ainda por comprar-lhe as bênçãos. E o preço dessas bênçãos é a distribuição farta de cargos e verbas ou, em outras palavras, é a multiplicação dos gastos públicos, a flexibilização do Plano Bresser, a ameaça ao seu sucesso final.

O resultado prático é um discurso dúbio e a alteração de medidas contraditórias. Na arena política, o presidente "fala grosso" com quem só lhe fala fino, e fala fino com quem só lhe fala grosso. E na arena econômica e administrativa promete forte contenção nas despesas públicas. Mas, como em respeito às reservas pessoais de poder dos "demônios" encarnadas em milhares de cargos públicos generosamente distribuídos, proíbe-se de tocar nelas, e, portanto, de cortar as verdadeiras fontes de despesas inúteis, anuncia ao mesmo tempo, numa linguagem pontilhada de eufemismo, a necessidade de se "aumentar o poder de poupança do Estado". Como o Estado nada produz e, portanto, nada pode poupar que seja de fato seu, esta expressão significa, em bom português, mais aumentos de impostos, o que quer dizer também agravamento da recessão, aumento das taxas de desemprego e, portanto, perda de popularidade. Isto é, o presidente que anuncia cortes de gastos anuncia, ao mesmo tempo, com eufemismos maldisfarçados, a sua pouca ou nenhuma disposição de implementá-los de fato e já acena com a única alternativa possível, que é esta do "aumento do poder de poupança do Estado" que a Nação terá de pagar à custa do que alinhamos acima.

Chovem-lhe imediatamente as críticas dos que já não se deixam enganar facilmente por eufemismos, e a sensibilidade de sua excelência reage, com novos esforços retóricos. E lá vêm "decretos draconianos"... que fazem rir aos burocratas solidamente "estabilizados". Os decretos esforçam-se por explicar o inexplicável, isto é, como o governo cortará gastos sem cortar as fontes de gastos: "ficam proibidas as novas contratações pelas administrações direta e indireta", mas o Diário Oficial publica enormes listas de "contratações e promoções anteriores ao decreto"; "proíbe-se a criação ou a ampliação de quadros ou tabelas de pessoal, assim como de cargos em comissão ou funções de confiança", mas, no mesmo decreto, anuncia-se a criação de 9.700 novos cargos de analistas de orçamento, analistas de finanças e controle e fiscais em geral, "para vigiar o cumprimento da proibição de novas contratações"; "proíbe-se a criação de novos órgãos"; "impõe-se uma redução nas despesas com concessão de diárias"; "fixa-se um limite para as despesas com pessoal e encargos sociais na administração federal" que as próprias normas vigentes de reajuste salarial tornam fictícias e que as novas normas em gestação na Assembléia Constituinte prometem transformar em piada; "impõe-se uma redução obrigatória real de 7% nas despesas com pessoal e de 5% nos serviços para terceiros no segundo semestre deste ano" que ninguém sabe como conseguir sem que sejam dispensados pelo menos os milhares de funcionários ociosos, etc., etc...

Como se vê, o presidente continua dividido na missão impossível que se impôs de tentar contentar ao mesmo tempo os príncipes (ou "os demônios") e a Nação, obrigada a sustentar os privilégios destes. Como a uns dirige os atos enquanto a outra dirige apenas as palavras, fica claramente indicado para qual dos lados sua excelência continua pendendo. Não se deu conta ainda de que, dadas as proporções que a coisa já tomou no Brasil, só um dos lados poderá ser contentado, e isto com o sacrifício do outro. E pena que o presidente ainda não tenha escolhido o único lado que pode vencer a batalha final e continue confiando mais na retórica do que na segurança das ações corajosas e responsáveis. Porque o cômputo final será feito com números, e os números não admitem retórica...

JORNAL DA TARDE

27 JUL 1987

2ª FEIRA